



LL

Nº 70028033371
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70028033371

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO/RS

PROPONENTE

MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

REQUERIDO

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE CAXIAS DO SUL

REQUERIDO

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO/RS

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

Nesta fase de cognição sumária e solução provisória, estou convencido de que o § 1º do art. 1º e o art. 2º, da Lei nº 6.842/2008, do Município de Caxias do Sul, os quais prevêm, respectivamente, o pagamento, aos vereadores, no mês de dezembro de cada sessão legislativa, do valor correspondente a mais um subsídio a título de gratificação por assiduidade; bem como fixando a ajuda de custo mensal da Presidência da Câmara Municipal, para o mesmo período, em 30% do valor do subsídio mensal atribuído ao Vereador, violam frontalmente o disposto nos arts. 8º, "caput", e 11, da Constituição Estadual, combinados com os arts. 29, inc. VI, 'e' e 39, §§ 3º e 4º, da CF.

Nessa perspectiva, aos agentes políticos, detentores de mandato eletivo, remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra. Tal disciplina apenas não apanha os agentes públicos estruturados em carreira, os quais,

42v



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LL

Nº 70028033371
2008/CÍVEL

mesmo que remunerados por subsídio, têm direito a vantagens pecuniárias outras, conforme previsão do § 3º do art. 39 da Constituição Federal.

Aliás, nesse sentido, já se manifestou esta Corte:

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEIS NO. 305/99, ARTIGO 2º E 366/2000, ARTIGO 3º, DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES. VEREADORES. GRATIFICAÇÃO NATALINA. DETENTORES DE CARGOS ELETIVOS. INADMISSIBILIDADE. DESATENDIMENTO À REGRA PROIBITIVA DE QUALQUER ACRÉSCIMO REMUNERATÓRIO. INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 39, PARÁGRAFO 4º, DA CF. PRINCÍPIOS AOS QUAIS OS MUNICÍPIOS DEVEM OBEDIÊNCIA, CONFORME OS ARTIGOS 8º E 11, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. PRECEDENTES. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADO PROCEDENTE, POR MAIORIA.

(Incidente de Inconstitucionalidade Nº 70025856766, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Amo Werlang, Julgado em 20/10/2008)

ADIN. LEI Nº 1456/07 DO MUNICÍPIO DE BRAGA, QUE DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO NATALINA AO PREFEITO, VICE E VEREADORES, E 1/3 SOBRE AS FÉRIAS, INCLUSIVE COM PAGAMENTOS RETROATIVOS. INCONSTITUCIONALIDADE. DETENTORES DO MANDATO ELETIVO, PREFEITOS, VICES E EDIS SÓ PODEM SER REMUNERADOS POR SUBSÍDIOS FIXADOS EM PARCELA ÚNICA, VEDADO O ACRÉSCIMO DE QUALQUER GRATIFICAÇÃO (ART. 39, §§ 3º E 4º DA CARTA FEDERAL). VANTAGENS PECUNIÁRIAS CONCEDIDAS APENAS A "SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO PÚBLICO", NÃO AOS "DETENTORES DE MANDATO ELETIVO". SE A CONSTITUIÇÃO LHES QUISESSE ADICIONAR VANTAGENS O TERIA FEITO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DECRETADA, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 29, V, 37, XIII, 39, §§ 3º E 4º DA CARTA FEDERAL E ARTS. 8º E 11 DA CARTA ESTADUAL. ADIN PROCEDENTE, POR MAIORIA.



43

LL

Nº 70028033371
2008/CÍVEL

(Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70024830978, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vasco Della Giustina, Julgado em 20/10/2008)

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AGENTES POLÍTICOS. SUBSÍDIOS. ACRÉSCIMOS. INADMISSIBILIDADE. 1. São inconstitucionais os arts. 5º e 6º da Lei 2.071/04 e 4º da Lei 2.073/04, ambas do Município de Planalto, que prevêm a percepção, pelo Prefeito e Vice-Prefeito, de adicional de 1/3 do subsídio, quando no gozo de férias, além de décimo-terceiro salário, e 4º da Lei 2.073/04, que, igualmente, assegura aos Vereadores a percepção de décimo-terceiro salário. De acordo com o art. 39, § 4º, da CF/88, aplicável aos Municípios por força do art. 8º da CE/89, a remuneração dos agentes políticos detentores de mandato eletivo dar-se-á, exclusivamente, por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. 2. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. POR MAIORIA.

(Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70019105519, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Araken de Assis, Julgado em 03/09/2007)

Diante disso, defiro a medida cautelar perseguida, com a suspensão liminar dos efeitos dos mencionados dispositivos da Lei Municipal, em tela, uma vez que se encontram presentes a relevância jurídica do pedido e o "periculum in mora" ou, mesmo, a conveniência da apontada suspensão, diante das circunstâncias.

Notifiquem-se o Senhor Prefeito e a Câmara Municipal de Caxias do Sul, esta através de seu Presidente, para que, no prazo de trinta (30) dias, prestem as informações que entenderem necessárias.

43J



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LL
Nº 70028033371
2008/CÍVEL

Cite-se, com prazo de quarenta (40) dias, a Senhora Procuradora-Geral do Estado.

Oportunamente, dê-se nova vista ao Senhor Procurador-Geral de Justiça.

Porto Alegre, 23 de dezembro de 2008.

DES. LEO LIMA,
Relator.

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:</p> <p>Signatário: LEO LIMA Nº de Série do certificado: 46F66753D2DAF9E0 Data e hora da assinatura: 23/12/2008 12:29:21</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço: http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7002803337120081946725</p>
--	--